A importância do milho na vida brasileira



CÉSAR BORGES DE SOUSA

Consumido pelos povos americanos desde 5000 a.C., o milho foi o alimento básico de várias civilizações importantes como os maias, astecas e incas. No Brasil, o cereal é conhecido desde antes do descobrimento, quando era um dos principais ingredientes da dieta indígena, especialmente dos guaranis.

Hoje é consumido em todas as regiões brasileiras, numa infinidade de produtos e pratos culinários, dos mais simples aos mais sofisticados. Nosso país é o terceiro produtor mundial, com cerca de 32,5 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos EUA e da China.

Apesar disso, devido à falta de uma política alimentar séria e eficiente, o Brasil ainda não consegue suprir as graves deficiências nutricionais enfrentadas por uma grande parcela de sua população. Mesmo com as imensas áreas cultiváveis disponíveis em nosso território, milhares de brasileiros não têm acesso a alimentos baratos e, principalmente, nutritivos que possam amenizar ou mesmo solucionar de vez esta questão.

Fácil de plantar e de colher, o milho poderia ser a mola mestra para impulsionar uma verdadeira revolução alimentar no Brasil. Atualmente, nossa produtividade está em 2.200kg por hectare, enquanto a Argentina e os EUA produzem 4 mil e 7 mil quilos por hectare, respectivamente. Ou seja, temos um enorme campo para o crescimento, bastando para isso difundir mais informações sobre as qualidades nutricionais do cereal.

O milho é um dos alimentos mais nutritivos que existem e é uma importante fonte energética para o homem. Ao contrário do trigo e do arroz, depois de industrializado ele conserva sua casca, rica em fibras, fundamentais para a eliminação das toxinas do organismo humano. Além delas, o milho é constituído de carboidratos, vitaminas (complexo B), sais minerais (ferro, fósforo, potássio, cálcio), óleo, açúcares, gorduras e celulose.

Diante dessa realidade, o milho, *in natura* ou industrializado, deveria receber por parte de todos os integrantes de sua cadeia produtora um tratamento à altura de sua importância. As indústrias moageiras, por exemplo, que respondem apenas por 12% do consumo de milho nacional, um percentual insignificante na formação dos preços de mercado do grão, têm que procurar de todas as formas aumentar sua competitividade e produtividade.

Isso pode ser feito mediante a profissionalização cada vez maior do setor, o apoio às pesquisas para o desenvolvimento de variedades de sementes modificadas geneticamente que atendam aos interesses das indústrias, a criação e o lançamento de novos produtos, aproveitando o aumento do consumo de cereais matinais, *snacks*, bolos e outros, e, principalmente, uma divulgação mais sistemática e agressiva dos benefícios do milho para a alimentação humana.

O governo tem a responsabilidade de garantir a elaboração de políticas e programas voltados para a resolução dos graves problemas sociais enfrentados pelo país. A inclusão dos produtos do milho e seus derivados na merenda escolar e em campanhas nutricionais de alguns estados, como o Paraná, e a utilização de produtos de milho industrializados, como farinhas de milho, flocados e outros, nas cestas básicas do programa Comunidade Solidária, são exemplos de trabalhos governamentais que poderiam ser ampliados para todas as esferas da sociedade.

Apesar disso, muita coisa ainda precisa ser feita para que o milho nacional alcance o lugar de destaque que merece. A utilização de instrumentos de proteção contra as flutuações de mercado, como a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), precisa ser uma constante por parte de todos aqueles que integram a cadeia produtiva do milho.

A questão tributária é outro exemplo de um grave problema que precisa ser solucionado com urgência. Hoje, no Brasil, há estados em que os produtos de milho pagam menores taxas de ICMS do que em outros. Isso causa grandes distorções comerciais e produtivas e impede a realização de investimentos por parte da indústria. Algumas vitórias no entanto já foram alcançadas.

Leis como a que desonera os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação do pagamento do ICMS são muito importantes para proporcionar um salto de competitividade e qualidade da cadeia como um todo.

Infelizmente, porém, a estabilidade das regras do jogo ainda não faz parte do repertório governamental. Logo depois, foi autorizada a importação de produtos alimentícios, entre eles os óleos vegetais, com prazo de um ano para pagar e juros não-disponíveis para o mercado interno. Ou seja, o governo dá com uma mão e tira com a outra.

Dessa forma, os graves problemas alimentares enfrentados pela população brasileira só serão resolvidos quando houver uma união de todos: produtores, indústrias e governo em torno da busca de uma solução. Solução que, em nosso modo de ver, não é tão difícil de ser encontrada. Basta seriedade, trabalho e o grãozinho amarelo conhecido como milho.

César Borges de Sousa é vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho (Abimilho).